

MEIO AMBIENTE

112 milhões de hectares de mata nativa perdidos

Levantamento do MapBiomas mostra que, em 40 anos, atividades econômicas consumiram e degradaram boa parte do ecossistema

» IAGO MAC CORD*

O Brasil perdeu praticamente 112 milhões de hectares (Mha) de áreas naturais entre 1985 e 2024, o equivalente a 13% do território nacional, com uma supressão média anual de 2,9 Mha. É o que mostram os mapas de cobertura e uso da terra do MapBiomas.

Nesse período, a agropecuária nos municípios avançou de 47%, em 1985, para 59%, em 2024. Representa que quase 700 cidades e seus distritos deixaram de ter a vegetação nativa como predominante. Entre os tipos de cobertura nativa, a Formação Florestal sofreu a maior perda — redução de 62,8 Mha (-15%). Em seguida, veio a Formação Savânica, da qual 37,4 Mha (-25%) sumiram.

Até 1985, o Brasil converteu 60% de toda área hoje ocupada pela agropecuária, mineração, cidades, infraestrutura e outras áreas antrópicas [modificadas, alteradas ou criadas pela ação humana]. Os 40% restantes dessa conversão ocorreram em quatro décadas, de 1985 a 2024, destacou Tasso Azevedo, coordenador-geral do MapBiomas.

A pastagem e a agricultura foram os usos da terra que mais se expandiram: a primeira, aumentou 62,7 Mha (+68%); a segunda, 44 Mha (+236%). Em 2024, o Brasil manteve 65% de seu território coberto por vegetação nativa e 32% ocupado por agropecuária. A área urbanizada também avançou: atingiu 4,5 Mha em 2024.

Segundo o levantamento, o período 1985-1994 foi a “década da expansão do desmatamento”, com um aumento de 36,5 Mha das áreas antrópicas. Isso impulsionou o surgimento de pastagens. Cerca de 30% dos municípios registraram o maior crescimento de área urbanizada neste decênio.

De 1995 a 2004, foi a “década

da expansão da agropecuária”, com grande redução de floresta — 44,8 Mha foram convertidos pela agropecuária. A expansão da pastagem sobre a vegetação nativa atingiu o pico neste período (35,6 Mha). Na Amazônia, o aumento de áreas antrópicas foi de 21,1 Mha.

Entre 2005 e 2014, a chamada “década da redução do desmatamento e intensificação agrícola”, deu-se o menor incremento de área antrópica em 40 anos (17,6 Mha). A perda líquida de vegetação nativa foi a menor entre as quatro décadas (17,1 Mha).

Entre 2015 e 2024, houve o aumento da degradação e dos impactos climáticos. A mineração expandiu-se: 58% da área atual surgiu neste período e a Amazônia responde por 66% desse avanço.

A Amazônia e o Pantanal mantêm a maior proporção de vegetação nativa (mais de 80%), só que a Amazônia perdeu 52,1 milhões de hectares de áreas naturais nos últimos 40 anos. Proporcionalmente, o Cerrado e o Pampa foram os que mais viram a vegetação nativa desaparecer. Já a Amazônia e o Cerrado tiveram as maiores perdas em termos absolutos.

As áreas úmidas no Brasil sofreram uma redução de 12%: passaram de 84 milhões de hectares, em 1985, para 74 milhões, em 2024. Todos os biomas perderam superfície úmida, menos a Mata Atlântica por conta da criação de reservatórios e hidrelétricas, a partir dos anos 2000.

O Pantanal, por sua vez, merece ser visto com cuidado, pois os ciclos de inundação diminuíram — a seca extrema chegou ao auge em 2024, quando a superfície molhada ficou 73% abaixo da média histórica.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

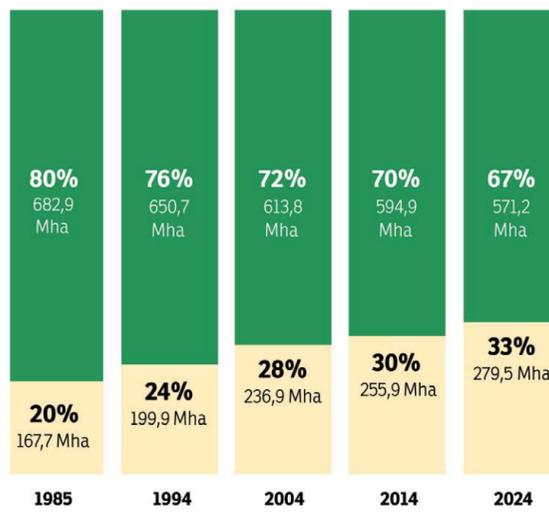
Redução das áreas naturais

Entre 1985 e 2024

279,5 Mha* são áreas antrópicas** (33%) no Brasil em 2024

Redução de 111,7 Mha de áreas naturais*** (16%) no Brasil em 40 anos

em média 2,9 milhões de hectares de áreas naturais por ano

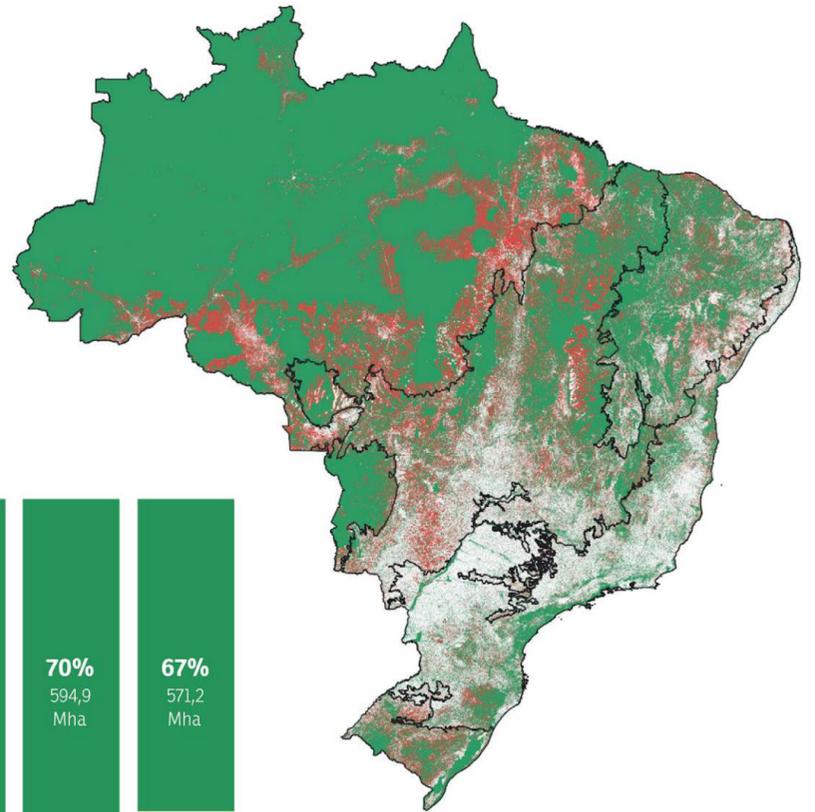


Mha — Milhões de hectares

*Áreas antrópicas incluem: Agropecuária, Área Urbanizada, Mineração, Usinas Fotovoltaicas, Outras Áreas não Vegetadas e Aquicultura.

**Áreas naturais incluem as classes: Floresta, Vegetação Herbácea e Arbustiva, Praia, Duna e Areal, e Rio, Lago e Oceano.

Fonte: MapBiomas



A cada década, o Brasil perdeu, em média, 28 Mha de áreas naturais

A maior perda de áreas naturais ocorreu nas duas primeiras décadas (69,1 Mha)

COP30 tem relevância para 54% dos industriais

» ROSANA HESSEL

Iano Andrade/CNI



Bomtempo: empresário do Norte-Centro-Oeste empolgado com COP30

superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, ao **Correio**, ao comentar os dados da pesquisa.

Realizada pela Nexus, a pesquisa Sustentabilidade e Indústria ouviu representantes de mil indústrias de pequeno, médio e grande portes. As entrevistas foram realizadas entre 15 de maio e 17 de junho de 2025. Na amostra, 80% foram empresas de médio e pequeno porte e 20%, grandes.

Alex Carvalho, presidente da Federação das Indústrias do Estado

do Pará (Fiepa), admitiu que há problemas com a hospedagem devido aos preços. “Esse é um desafio, mas existe um esforço coletivo para superarmos essas dificuldades”, afirmou.

Carvalho ressaltou que, em junho, foi lançada uma plataforma para acompanhar a evolução da ocupação e as autoridades têm agido de forma a puxar os preços para dentro da “razoabilidade”. “Há uma oferta de 52 mil leitos em Belém, via plataforma, para ofertar preços condizentes ao que se espera.

Apoio do empresariado

De acordo com levantamento da CNI, 54% dos industriais consideram relevante a COP30. Custo elevado das tecnologias é um dos maiores entraves para a sustentabilidade

Nível de interesse da indústria pela COP30

Muito	22%
Algum	32%
Pouco	29%
Nenhum	17%
Não respondeu	1%

Divisão por regiões

Região	Muito interesse	Algum interesse	Pouco Interesse
Norte-Centro-Oeste	44%	20%	26%
Nordeste	21%	39%	33%
Sudeste	22%	31%	27%
Sul	15%	34%	32%

Principais obstáculos da sustentabilidade segundo os entrevistados

Custo elevado das tecnologias	38%
Falta de incentivos ou políticas públicas específicas	36%
Complexidade regulatória e burocrática	29%
Falta de mão de obra qualificada para inovação verde	27%
Ausência de cultura empresarial voltada à sustentabilidade	26%
Falta de financiamento e crédito direcionado	18%

Fontes: CNI/Nexus

A hospedagem é um calo chato e atrapalha, mas a nossa jornada é muito maior do que isso”, afirmou. Davi Bomtempo, por sua vez, destacou que a chegada de dois navios para ampliar a oferta de leitos em Belém tende a baixar os preços.

Ainda segundo a pesquisa da CNI, os principais obstáculos ao aumento da sustentabilidade são o custo elevado das tecnologias (38%) e a falta de incentivos ou políticas públicas específicas (36%). A complexidade regulatória e

burocrática, a falta de mão de obra qualificada para inovação verde, a ausência de cultura empresarial voltada à sustentabilidade e a falta de financiamento e crédito direcionado foram apontados por, respectivamente, 29%, 27%, 26% e 18% dos entrevistados.

Sustentabilidade

Em paralelo à COP30, a CNI pretende contribuir para o debate da sustentabilidade junto ao setor privado. Em março, a confederação lançou a Sustainable Business COP30 (SB COP30), iniciativa voltada à ampliação da participação do setor nas negociações climáticas. O grupo reunirá propostas, experiências e soluções do setor privado com foco na transição para uma economia de baixo carbono.

O chairman da SB COP30, Ricardo Mussa, relata que a iniciativa nasceu como um modelo do B20, iniciativa de empresários dos países do G20 — que reúne as 20 maiores economias do planeta. A CNI pretende que o colegiado seja constante nas próximas conferências do clima.

“A SB COP30 almeja reforçar o papel do setor privado na governança climática”, destacou Mussa. Ele adiantou que, em setembro, na semana do clima na Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, o grupo apresentará 40 casos de sucesso.